



ADVOGADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 01 - Você recebeu do fiscal o seguinte material:
- a) este caderno, com o enunciado das 30 questões das Provas Objetivas e as questões da Prova Discursiva, sem repetição ou falha, assim distribuídas:

PORTUGUÊS III		CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	
Questões	Pontos	Questões	Pontos
1 a 5	2,0	11 a 15	2,0
6 a 10	4,0	16 a 20	3,0
		21 a 25	4,0
		26 a 30	5,0

- b) 1 Caderno de Respostas para o desenvolvimento da Prova Discursiva, grampeado ao **CARTÃO-RESPOSTA** destinado às respostas às questões objetivas formuladas nas provas.
- 02 - Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **CARTÃO-RESPOSTA**. Caso contrário, notifique **IMEDIATAMENTE** o fiscal.
- 03 - Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do **CARTÃO-RESPOSTA**, preferivelmente a caneta esferográfica de tinta na cor preta.
- 04 - No **CARTÃO-RESPOSTA**, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, a **caneta esferográfica de tinta na cor preta**, de forma contínua e densa. A LEITORA ÓTICA é sensível a marcas escuras; portanto, preencha os campos de marcação completamente, sem deixar claros.
- Exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- 05 - Tenha muito cuidado com o **CARTÃO-RESPOSTA**, para não o **DOBRAR, AMASSAR ou MANCHAR**. O **CARTÃO-RESPOSTA SOMENTE** poderá ser substituído caso esteja danificado em suas margens superior ou inferior - **BARRA DE RECONHECIMENTO PARA LEITURA ÓTICA**.
- 06 - Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. Você só deve assinalar **UMA RESPOSTA**: a marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS ESTEJA CORRETA**.
- 07 - As questões objetivas são identificadas pelo número que se situa acima de seu enunciado.
- 08 - **SERÁ ELIMINADO** do Processo Seletivo Público o candidato que:
- a) se utilizar, durante a realização das provas, de máquinas e/ou relógios de calcular, bem como de rádios gravadores, *headphones*, telefones celulares ou fontes de consulta de qualquer espécie;
- b) se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o Caderno de Questões e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA**, grampeado ao Caderno de Respostas da Prova Discursiva.
- 09 - Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no Caderno de Questões **NÃO SERÃO LEVADOS EM CONTA**.
- 10 - Quando terminar, entregue ao fiscal **O CADERNO DE QUESTÕES E O CARTÃO-RESPOSTA**, grampeado ao Caderno de Respostas da Prova Discursiva, e **ASSINE A LISTA DE PRESENÇA**.
Obs. Por razões de segurança, o candidato somente poderá levar o Caderno de Questões se permanecer na sala até 30 (trinta) minutos antes do encerramento das provas.
- 11 - **O TEMPO DISPONÍVEL PARA ESTAS PROVAS DE QUESTÕES OBJETIVAS E DISCURSIVAS É DE 3 (TRÊS) HORAS E (TRINTA) MINUTOS**.
- 12 - As questões e os gabaritos das Provas Objetivas serão divulgados no segundo dia útil após a realização das provas na página da **FUNDAÇÃO CESGRANRIO (www.cesgranrio.org.br)**.



PORTUGUÊS III

O texto a seguir é parte de uma entrevista concedida por Gabriel Chalita a Zora Seljan e publicada no *Jornal de Letras*.

Ao longo de uma vida inteiramente dedicada ao estudo e à análise da ética enquanto base da convivência humana, e de uma permanente reflexão sobre o papel da ética na conquista de um autoconhecimento, pode o professor Gabriel Chalita ser considerado hoje como o propugnador máximo de uma transformação ética do país, só ela capaz de resolver os grandes problemas que o Brasil vem enfrentando há séculos.(...)

ZS: Qual foi o ponto de partida para seu livro (*Os dez mandamentos da ética*) sobre ética?

GC: Foi minha permanente observação de que o ser humano está cada vez mais distante da ética e do equilíbrio. O que vemos é a agressividade quase gratuita que se traduz em brigas, violência no trânsito e no radicalismo exacerbado gerador dos conflitos de ordem política, social e religiosa, bem como dos vários tipos de preconceito e de discriminação. São valores, concepções e ações equivocadas, distorcidas e arcaicas que vêm prejudicando a humanidade, como um todo, em vários momentos da sua História. Essas atitudes e pensamentos estão na contramão do que se espera de um mundo marcado pela forte simbologia do novo milênio e de um novo século que, em tese, deveriam trazer mais evolução, mais conscientização, mais compreensão a respeito das coisas. Neste contexto, creio que o resgate e/ou fortalecimento de valores essenciais à vida em comunidade, tais como: honestidade, respeito às diferenças, tolerância, amor e solidariedade — cada vez mais necessários nos dias de hoje — estão profundamente vinculados e dependentes da apreensão da ética e do seu exercício contínuo. Por isso, este livro — fruto de anos como estudioso da filosofia, educador e observador do comportamento humano — visa a colaborar para o fortalecimento destas virtudes e para a reflexão em torno delas.(...)

ZS: Acha que a melhor compreensão da ética ajudaria a encurtar o abismo entre o discurso e a prática política?

GC: Sem dúvida. Muitos representantes da classe política precisam compreender melhor o que é o chamado “caminho do bem” — magistralmente descrito por Aristóteles — bem como o que é a ciência do bem comum. Dessa forma, certamente agiriam de maneira muito mais comprometida e responsável.

Estou convencido de que o resultado de suas ações seria muito melhor se refletissem mais a respeito da grande responsabilidade social que têm nas mãos quando ocupam um cargo. Outra reflexão essencial para eles seria sobre o aspecto transitório do poder e o modo como a brevidade dessa passagem impõe seriedade, princípios éticos e uma postura correta em relação às pessoas e às suas necessidades mais prementes.

Jornal de Letras, nº 72, RJ, ago. 2004.

1

Segundo o texto, a ética, para Gabriel Chalita, pode promover:

- I - maior compreensão do indivíduo sobre si mesmo;
- II - relacionamento positivo entre os homens;
- III - solução das crises e conflitos brasileiros.

Está(ão) correta(s) o(s) item(ns):

- (A) I, somente.
- (B) II, somente.
- (C) III, somente.
- (D) I e II, somente.
- (E) I, II e III.

2

No trecho “...radicalismo **exacerbado** gerador dos conflitos...” (l. 14-15), a palavra destacada significa que o radicalismo se tornou mais:

- (A) intenso.
- (B) intempestivo.
- (C) inusitado.
- (D) inconseqüente.
- (E) incompreensível.

3

Ao introduzir mais um período, a expressão “Neste contexto” (l. 24) refere-se à(ao):

- (A) prática cotidiana da ética pelos cidadãos.
- (B) comparação estabelecida entre ética e equilíbrio.
- (C) pleno exercício da ética num grande país.
- (D) afastamento de valores imprescindíveis ao convívio social.
- (E) reconhecimento da importância de valores equivocados.

4

Segundo o autor, espera-se também dos políticos que atendam a princípios éticos, tendo em vista a:

- (A) certeza da reeleição.
- (B) extensão do mandato.
- (C) transitoriedade do poder.
- (D) inconstância dos valores.
- (E) responsabilidade dos eleitores.

5

No trecho “... que, em tese, **deveriam** trazer mais evolução,” (l. 22-23), o verbo *dever* está na forma de plural porque concorda com:

- (A) a humanidade.
- (B) ações equivocadas.
- (C) novo milênio e novo século.
- (D) essas atitudes e pensamentos.
- (E) vários momentos da sua História.



6

“São valores, concepções e ações equivocadas, distorcidas e arcaicas que **vêm** prejudicando...” (I.17-18). Na forma verbal assinalada está o verbo:

- (A) vir, na terceira pessoa do plural do presente do subjuntivo.
- (B) vir, na terceira pessoa do plural do presente do indicativo.
- (C) vir, na terceira pessoa do singular do presente do subjuntivo.
- (D) ver, na terceira pessoa do plural do presente do indicativo.
- (E) ver, na terceira pessoa do singular do presente do indicativo.

7

“**Dessa forma**, certamente agiriam de maneira muito mais comprometida e responsável.” (I.41-42). A expressão assinalada pode ser substituída, sem alteração de sentido, por:

- (A) Assim
- (B) Por que
- (C) Embora
- (D) Porém
- (E) Isto é

8

Dentre as palavras assinaladas, a que **NÃO** pertence à mesma classe gramatical das demais é:

- (A) “... uma vida **inteiramente** dedicada ao estudo...” (I.1)
- (B) “... minha **permanente** observação ...” (I.11)
- (C) “... estão **profundamente** vinculados ...” (I.28-29)
- (D) “... **magistralmente** descrito ...” (I.39)
- (E) “Dessa forma, **certamente** agiriam ...” (I.41)

9

A palavra que **FOGE** à regra de acentuação que as demais seguem é:

- (A) substância.
- (B) núcleo.
- (C) idéia.
- (D) família.
- (E) tendências.

10

Assinale a opção em que o item destacado muda de significado e passa a pertencer a outra classe de palavras quando colocado após o substantivo.

- (A) **Drásticas** limitações.
- (B) **Criativa** resistência.
- (C) **Difíceis** tempos.
- (D) **Negros** anos.
- (E) **Certas** leis.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11

Tratando-se de consórcio de empresas para fins de participação em licitações, conforme disposto na Lei nº 8.666/93, pode-se afirmar que:

- I - o consórcio constitui pessoa jurídica distinta dos seus integrantes;
- II - cada empresa consorciada deve demonstrar, individualmente, sua habilitação jurídica e sua regularidade fiscal;
- III - para a participação em licitações, basta a apresentação do instrumento de compromisso de constituição de consórcio subscrito pelos consorciados, cabendo apenas ao licitante vencedor promover a constituição e registro do consórcio;
- IV - as empresas consorciadas possuem responsabilidade solidária pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na execução do contrato.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

12

Considerando as regras constantes da legislação vigente para os contratos administrativos destinados à aquisição de bens e contratação de serviços por parte da Administração Pública, assinale a afirmação verdadeira.

- (A) A escolha da garantia contratual, quando tal exigência for prevista no Edital, é prerrogativa do contratado, respeitadas as opções descritas em lei.
- (B) A obrigatoriedade de publicação resumida do instrumento de contrato na imprensa oficial não afeta a eficácia contratual.
- (C) A exceção do contrato não cumprido, *exceptio non adimplenti contractus*, aplica-se amplamente ao contrato administrativo, podendo ser invocada por ambas as partes contratantes.
- (D) O acréscimo nos serviços contratados acima do limite percentual previsto no Artigo 65 da Lei nº 8.666/93 apenas pode ser efetuado mediante acordo entre a Administração e o contratado.
- (E) Em situações usuais, as prorrogações do prazo contratual podem abranger, além do prazo original, mais 60 (sessenta) meses adicionais.



13

Observado o disposto na legislação e considerando que a Administração Indireta é composta por entidades públicas e privadas, pode-se afirmar que um ente ou organização que **NÃO** integra a Administração Indireta é a:

- (A) sociedade de economia mista.
- (B) agência reguladora (autarquia especial).
- (C) autarquia federal.
- (D) empresa pública.
- (E) empresa privada concessionária de serviços públicos.

14

O Código Tributário Nacional (CTN) determina que a ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Ainda segundo as regras do CTN, a prescrição será interrompida pela(o):

- (A) expedição de aviso de cobrança administrativa do crédito tributário inscrito em Dívida Ativa da União.
- (B) inscrição do crédito tributário em Dívida Ativa da União.
- (C) propositura da ação de execução fiscal.
- (D) citação pessoal feita ao devedor.
- (E) despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal.

15

A Lei Complementar nº 104/2001 incluiu expressamente no texto do artigo 151 do Código Tributário Nacional a seguinte modalidade de suspensão da exigibilidade do crédito tributário:

- (A) moratória.
- (B) parcelamento.
- (C) depósito do seu montante integral.
- (D) concessão de medida liminar em mandado de segurança.
- (E) reclamações e recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo.

16

A lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos na Constituição Federal, entre os quais se inclui a determinação de que é privativo de brasileiro nato o cargo de:

- (A) Senador Federal.
- (B) Governador de Estado.
- (C) Oficial das Forças Armadas.
- (D) Ministro de Estado da Justiça.
- (E) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

17

A Constituição Federal estabelece como condição de elegibilidade:

- (A) ter mais de 25 (vinte e cinco) anos de serviço, se for militar.
- (B) ter domicílio eleitoral na circunscrição.
- (C) ter idade mínima de 30 (trinta) anos para Prefeito.
- (D) ter idade máxima de 75 (setenta e cinco) anos para qualquer cargo.
- (E) ser brasileiro nato para Deputado Federal.

18

O tributo que pode ser cobrado no mesmo exercício financeiro em que tiver sido instituído o seu aumento é o imposto sobre:

- (A) produtos industrializados.
- (B) propriedade de veículos automotores.
- (C) propriedade predial e territorial urbana.
- (D) renda e proventos de qualquer natureza.
- (E) serviços de qualquer natureza.

19

A Constituição Federal permite a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a:

- (A) nacionalidade.
- (B) direitos políticos.
- (C) direito eleitoral.
- (D) direito tributário.
- (E) organização do Poder Judiciário.

20

A procuração geral para o foro habilita o advogado a praticar todos os atos do processo, **SALVO**:

- (A) transigir.
- (B) substabelecer.
- (C) requerer falência.
- (D) requerer sobrepartilha.
- (E) apresentar embargos de terceiro.

21

De acordo com as regras do Código de Processo Civil e a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, a ação rescisória:

- (A) pode ser proposta pela Fazenda Pública ou pelo Ministério Público em até 4 (quatro) anos contados do trânsito em julgado da decisão a ser rescindida.
- (B) pode ser proposta para rescindir acórdão proferido em outra ação rescisória.
- (C) está condicionada ao depósito, pelo autor, da importância equivalente a 10% (dez por cento) do valor da causa.
- (D) é incabível para rescindir sentença de mérito proferida por juiz impedido.
- (E) suspende a execução da sentença rescindenda.



22

No Processo Civil, da decisão do relator que nega seguimento a recurso de apelação por considerá-lo contrário à jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal:

- (A) cabem embargos infringentes, no prazo de 5 (cinco) dias.
- (B) cabe recurso especial e/ou extraordinário, no prazo de 15 (quinze) dias.
- (C) cabe agravo de instrumento, no prazo de 10 (dez) dias.
- (D) cabe agravo, no prazo de 5 (cinco) dias.
- (E) não cabe recurso.

23

Assinale a única afirmação **INCORRETA** sobre despesas processuais, tendo em vista o que dispõe o Código de Processo Civil.

- (A) Compete ao autor adiantar as despesas relativas a atos cuja realização o juiz determinar de ofício.
- (B) A sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as despesas que antecipou.
- (C) A sentença condenará o vencido a pagar os honorários advocatícios, salvo se o advogado funcionar em causa própria.
- (D) As despesas processuais abrangem não só as custas como diária de testemunha.
- (E) Os honorários serão fixados pelo juiz entre o mínimo de dez por cento (10%) e o máximo de vinte por cento (20%) sobre o valor da condenação.

24

O Código Penal estabelece pena de detenção de 3 (três) meses a 1 (um) ano para o funcionário público que concorre culposamente para o crime de peculato praticado por outro funcionário. Nesses casos de peculato culposo, a reparação do dano:

- (A) não influi na aplicação da pena.
- (B) reduz de 1/3 (um terço) a pena, em qualquer fase do processo.
- (C) reduz de 2/3 (dois terços) a pena, se for anterior à sentença irrecorrível.
- (D) reduz de metade a pena, se for posterior à sentença irrecorrível.
- (E) extingue a punibilidade, mesmo após a sentença irrecorrível.

25

Sobre a jornada de trabalho, a Súmula 118 da Jurisprudência Uniforme do Tribunal Superior do Trabalho (ex-Enunciado 118) estatui, quanto aos intervalos concedidos pelo empregador, que os:

- (A) não previstos em lei representam tempo à disposição da empresa, remunerados como serviço extraordinário, se acrescidos ao final da jornada.
- (B) não previstos em lei não representam tempo à disposição da empresa, se inferiores a 60 minutos, ainda que acrescidos ao final da jornada, sujeitando apenas a empresa a penalidades administrativas.
- (C) não previstos em lei não representam tempo à disposição da empresa, portanto, sem remuneração extraordinária, desde que sejam acrescidos ao final da jornada.
- (D) previstos em lei representam tempo à disposição da empresa, remunerados como serviço extraordinário, desde que não haja acréscimo no final da jornada.
- (E) previstos em lei, desde que em tempo superior a 4 horas, representam tempo à disposição da empresa, remunerados como serviço extraordinário, se foram acrescidos ao final da jornada ou se ocorrerem durante a mesma.

26

Sobre a convenção coletiva de trabalho, é correto afirmar que:

- (A) não tem qualquer diferença em relação aos dissídios coletivos.
- (B) tem de conter obrigatoriamente prazo de vigência.
- (C) é de 1/3 o *quorum* de comparecimento e votação em primeira convocação dos associados.
- (D) é sinônimo de acordo coletivo de trabalho.
- (E) são decididas pela Justiça comum, por uma de suas Varas Cíveis, as controvérsias resultantes de sua aplicação.

27

Assinale a única afirmativa correta sobre contratos.

- (A) A cláusula resolutiva expressa depende de interpelação judicial.
- (B) O distrato pode ser feito de forma diversa da exigida para o contrato.
- (C) Reputar-se-á celebrado o contrato no lugar em que têm as partes domicílio.
- (D) Poderá ser objeto de contrato a herança de pessoas vivas desde que a ele venham anuir os herdeiros.
- (E) Se ao terceiro em favor de quem se fez o contrato se deixar o direito de reclamar-lhe a execução, não poderá o estipulante exonerar o devedor.



28

NÃO são considerados bens móveis os(as):

- (A) navios.
- (B) direitos autorais.
- (C) direitos à sucessão aberta.
- (D) direitos pessoais de caráter patrimonial.
- (E) energias que tenham valor econômico.

29

De acordo com as regras instituídas pela Lei de Introdução ao Código Civil, é correto afirmar que:

- (A) a pessoa pode se escusar de cumprir a lei desde que prove que a desconhecia.
- (B) a lei do país onde nasceu a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade.
- (C) a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga a lei anterior.
- (D) a decisão judicial *erga omnes* chama-se coisa julgada.
- (E) se a lei for omissa, o juiz decidirá com base na jurisprudência.

30

Segundo as disposições do Código Civil, entre os direitos abaixo, aquele que **NÃO** se classifica como direito real é o de:

- (A) doação.
- (B) hipoteca.
- (C) anticrese.
- (D) superfície.
- (E) propriedade.

QUESTÕES DISCURSIVAS

Questão 1

Comente o procedimento de aprovação do Plano de Recuperação Judicial, observado o disposto na Lei nº 11.101/05 (Nova Lei de Falências), abordando os seguintes itens:

- a) indicação do ente responsável por tal atribuição;
(valor: 5,0 pontos)
- b) indicação da forma e dos requisitos de aprovação;
(valor: 5,0 pontos)
- c) descrição da forma de votação.
(valor: 10,0 pontos)

Questão 2

Distinga “competência absoluta” de “competência relativa”, segundo as regras previstas no Código de Processo Civil, e aborde sucintamente os meios próprios e o momento oportuno para a arguição de incompetência.

(valor: 10,0 pontos)

Cite 2 (dois) exemplos de competências consideradas “absolutas” e outros dois exemplos de competências “relativas”.

(valor: 10,0 pontos)